



**Instituto Nosso Lar**  
**Demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2021 e 2020.**

*Instituto Nosso Lar  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021 e 2020*

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Senhores Diretores do  
**Instituto Nosso Lar**  
**São Paulo – SP**

### **Opinião sem ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras do **INSTITUTO NOSSO LAR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO NOSSO LAR**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Sem modificar nossa opinião, consideram-se relevante e oportuno, os aspectos citados a seguir:

A entidade apura seus resultados pelo regime de caixa e não de competência.

Devido à nossa contratação ter sido realizada após o término do exercício, não efetuamos o teste de auditoria denominado “circularizações”, sendo substituídos por testes de auditoria denominados “testes alternativos”.

A Administração do **INSTITUTO NOSSO LAR**, está em constante processo de adequação aos Pronunciamentos Contábeis (CPCs), Normas Internacionais de Contabilidade, Lei 11.638/07, Lei nº 11.941/09. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26 R5) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), devendo verificar mudanças que geram efeitos relevantes de ajustes nas demonstrações contábeis durante exercício seguinte, como, CPC 01 - Redução no Valor Recuperável de Ativos, CPC 13 - Adoção Inicial da Lei no 11.638/07 Lei nº 11.941/09, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 27 - Ativo Imobilizado.

## **Outros assuntos**

### **Saldos do exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditado e não conteve modificações em nossa opinião.

### **Responsabilidade da Administração e da Diretoria sobre as demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela diretoria da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela diretoria declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela diretoria, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de junho de 2022.

AH Audit Home Auditores Independentes S/S  
CRC 2SP022333/O-5



Paulo Alves das Flores  
CRC 1 SP 196616/O-0

**Instituto Nosso Lar**  
**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em Reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>832.917</b>	<b>504.281</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>58.934</b>	<b>92.006</b>
<b>Disponível</b>	<b>831.689</b>	<b>436.788</b>	Fornecedores	423	0
Aplicações Financeiras Automático	780.145	279.173	Obrigações Tributárias a Recolher	6.830	2.042
Aplicações Financeiras Provisionado	51.545	157.615	Obrigações Trabalhistas a Pagar	1.782	45.060
			Encargos Sociais	24.714	18.650
<b>Realizável a Curto Prazo</b>	<b>1.227</b>	<b>67.493</b>	Contas a Pagar	25.184	26.254
Direitos a Receber	0	53.000			
Adiantamentos	0	13.132	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.062.190</b>	<b>350.000</b>
Despesas Pagas Antecipadamente	1.227	1.361	<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>1.062.190</b>	<b>350.000</b>
			Recebimento Antecipado SME	712.190	0
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.100.256</b>	<b>6.983.074</b>	Empréstimos Longo Prazo	350.000	350.000
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
			<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>	<b>6.812.049</b>	<b>7.045.349</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>7.100.256</b>	<b>6.983.074</b>	Patrimônio Social	7.029.634	5.763.160
Terrenos	1.127.362	1.127.362	Superávit Acumulado	0	965.534
Edificações	5.572.216	5.538.851	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	-88.382
Móveis e Utensílios	154.496	113.625	Déficit/Superávit do Exercício	-217.586	405.038
Veículos	36.762	36.762			
Máquinas, aparelhos e equipamentos	154.205	139.358			
Computadores e periféricos	48.823	20.578			
Consórcio de Veículos	6.392	6.539			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>7.933.172</b>	<b>7.487.355</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>7.933.172</b>	<b>7.487.355</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Instituto Nosso Lar**  
**Demonstração de resultados**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em Reais)**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>4.526.377</b>	<b>3.646.050</b>
Receita Percapita Convênio Prefeitura	4.252.316	3.377.001
Doações	225.906	209.907
Reembolso Assistência Médica e Odontológica	48.155	59.141
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>-4.754.936</b>	<b>-2.893.879</b>
(-) Despesas Trabalhistas e Encargos Sociais	-3.469.884	-2.295.004
(-) Despesas Administrativas	-1.271.030	-684.578
(-) Despesas Tributárias	-24.187	-11.130
(-) Depreciações /Amortizações	0	0
Recuperação de Despesas	10.165	96.833
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>2.000</b>	<b>167</b>
Receita com Venda de Imobilizado	2.000	5.000
Despesa com Venda de Imobilizado	0	-4.833
<b>RESULTADO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>-226.559</b>	<b>752.338</b>
RECEITAS FINANCEIRAS	11.794	3.767
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	-2.821	-3.100
<b>DÉFICIT/SUPERÁTIV DO EXERCÍCIO</b>	<b>-217.586</b>	<b>753.004</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Instituto Nosso Lar**  
**Demonstração de mutações do patrimônio social**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em Reais)**

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Superávit Acumulado</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Déficit/Superávit do Exercício</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>5.763.160</b>	<b>965.534</b>	<b>-88.382</b>	<b>405.038</b>	<b>7.045.349</b>
Transferência entre Contas	1.282.189	-965.534	88.382	-405.038	0
Baixa de Patrimônio Social	-15.715	0	0	0	-15.715
Resultado do Exercício	0	0	0	-217.586	-217.586
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>7.029.634</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-217.586</b>	<b>6.812.049</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Instituto Nosso Lar**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**(Em Reais)**

Método Indireto	31/12/2021	31/12/2020
<b>1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Superávit (Déficit) do Exercício	-217.586	405.038
Depreciação e Amortização	0	0
Baixas (Reservas) de Patrimônio Social	-15.715	149.989
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-103.502
(=) Resultado Ajustado	<b>-233.301</b>	<b>451.525</b>
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante		
Direitos a Receber	53.000	25.000
Adiantamentos	13.132	-13.132
Despesas Antecipadas	134	16.352
(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante	<b>66.266</b>	<b>28.220</b>
(C) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	0	0
Depósitos Judiciais	0	0
(=) Acréscimo Decréscimo Ativo Não Circulante	<b>0</b>	<b>0</b>
(D) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante		
Fornecedores	423	0
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-37.214	-39.878
Obrigações Tributárias	4.788	1.900
Encargos Sociais	0	12.083
Contas a Pagar	-1.070	538
(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante	<b>-33.072</b>	<b>-25.357</b>
(E) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Não Circulante		
Recebimento Antecipado SME	712.190	0
Outras Obrigações L. P	0	0
(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante	<b>712.190</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C+D+E)</b>	<b>512.083</b>	<b>454.388</b>
<b>2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:</b>		
(-) Aumento de Investimentos / (+) Redução de Investimentos		
(-) Aquisição do Imobilizado / (+) venda de imobilizado	-117.182	-222.277
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>-117.182</b>	<b>-222.277</b>
<b>3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:</b>		
Empréstimos e Financiamentos	0	0
Aumento de Capital	0	0
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)</b>	<b>394.901</b>	<b>232.110</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>436.788</b>	<b>204.678</b>
<b>VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO</b>	<b>394.901</b>	<b>232.110</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>831.689</b>	<b>436.788</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021 e 2020.  
(Em reais)**

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

**O INSTITUTO NOSSO LAR**, Sociedade Civil Beneficente, fundada em 14/07/1978, conforme registro 09786 do 3º Registro Civil das Pessoas Jurídicas de São Paulo - Capital. Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob número 50.253.590/0001-32, é o mantenedor dos seguintes estabelecimentos:

- a) CEI Nosso Lar I, localizado à Rua Eudoro Lincoln Berlinck, nº 346 Prédio A, CEP: 05565-200, Bairro: Jardim Arpoador, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. CNPJ sob Nº 50.253.590/0001-32;
- b) CEI Nosso Lar II, localizado à Rua Eudoro Lincoln Berlinck, nº 346 Prédio B - CEP: 05565-200, no bairro Jardim Arpoador, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob Nº 50.253.590/0003-02;
- c) Gestão Administrativa, localizada à Rua Eudoro Lincoln Berlinck, nº 346 - Prédio C, CEP: 05565-200, no Bairro Jardim Arpoador, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 50.253.590/0004-85.
- d) CCA Nosso Lar I, localizado à Rua Augusto José Avancini, 248 – Jd. São Jorge – São Paulo/SP, inscrito no CNPJ: 50.253.590/0002-13

Para a consecução de seus objetivos a entidade tem convênio firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo, e, também recebe doações eventuais e de eventos comunitários: bazares, festas, etc.

Cujos objetivos são:

Propiciar Serviços socioassistenciais de atenção às crianças, adolescentes, jovens e a suas famílias, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, prevenindo riscos pessoal e social, assegurando o convívio e visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Atuar no desenvolvimento de programas, projetos, serviços e atividades com crianças, adolescentes, jovens e adultos com a finalidade de assegurar a formação técnica, propiciando o conhecimento do mundo do trabalho e capacitando-os em diferentes habilidades, nas perspectivas de ampliar o repertório cultural e a participação da vida pública, preparando-os para a obtenção de renda e autonomia.

Prestar assistência social a criança e às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

Promover educação infantil considerando que educar e cuidar são dimensões indissolúveis de toda ação educacional. Realizar parcerias com organizações sociais afins, públicas e ou privadas.

Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos e os valores universais priorizados através da política de assistência social as crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, risco social e pessoal.

**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os ditames do ITG 1000, além dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

### **NOTA 3 - FORMALIDADES DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)**

A entidade utilizou sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm históricos de identificação dos lançamentos relacionados a planilha Financeira elaborada pela entidade, datada e assinada pelo diretor Financeiro/ presidente, responsável pela prestação de contas ao erário, assim como aos demais usuários das demonstrações contábeis, sejam externos ou internos ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade tem arquivada em boa ordem a documentação contábil.

### **NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

A prática contábil adotada é pelo regime de caixa.

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

**b) Aplicações financeiras:** estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescida dos rendimentos correspondentes, apropriadas até a data do balanço.

<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>831.689,40</b>
<b>APLICAÇÃO/ C RESGATE AUTOMÁTICO</b>	<b>780.144,61</b>
Banco do Brasil - 23326-9	357.271,31
Banco do Brasil - 88800-1	409.194,47
Banco do Brasil - 15057 - 6	7.030,02
Banco do Brasil - 28600-1	6.648,81
<b>FUNDO PROVISIONADO</b>	<b>51.544,79</b>
Banco do Brasil - 23326-9	1,74
Banco do Brasil - 88800-1	51.454,88
Banco do Brasil - 15057 - 6	88,17

**c) Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, o presidente da instituição no uso de suas atribuições administrativas, optou à partir do ano de 2017 por não considerar a depreciação nas demonstrações contábeis, no qual assinou carta de responsabilidade administrativa requerendo a não escrituração, que seria calculada pelo método linear com base nas taxas estabelecidas pelo Imposto de Renda e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC - TG 27)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

<b>IMOBILIZADO</b>	<b>7.100.255,83</b>
Terrenos	1.127.362,00
Edificações	5.572.216,32
Móveis e Utensílios	154.496,28
Veículos	36.762,02
Maquinas, Aparelhos e Equipamentos	154.204,82
Computadores e Periféricos	48.822,79
Consórcio de Veículos	6.391,60

**d) Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridas até a data do balanço patrimonial, seguem informações referente contas do Passivo:

Contribuição Assistencial a Recolher: 11/2020, 12/2020 e 12/2021 = R\$ 1.353,07

Contribuição Sindical à Recolher: 11/2020 = R\$ 1.086,22

Empréstimos Instituto Espirita de Educação: Empréstimo contraído em 2018 no valor de R\$ 35.000,00, que pagou em 2018 R\$ 5.000,00 e em 2019 R\$ 5.000,00 saldo 2020 = R\$ 25.000,00;

Títulos a pagar (imóvel) ELP: Em 29/03/2016 o Instituto Nosso Lar comprou de Mauricio Ferreira Romão, um imóvel no valor de R\$ 600.000,00, em 2016 foi pago o total de R\$ 240.000,00, e em 2017 foi pago mais R\$ 10.000,00, em 2018 foi reclassificado da conta passivo circulante para ELP o valor de R\$ 350.000,00, saldo em que finalizou 2018 e se manteve até 12/2021.

Demais contas: São inerentes aos saldos das folhas processadas.

<b>Descrição da Conta</b>	<b>Saldo Atual</b>
Fornecedores	423,25
IRRF a Recolher	6.790,65
PIS/CSLL/ COFINS a Recolher	39,30
Salários e Ordenados a Pagar	1.781,98
INSS a Recolher	21.881,19
FGTS a Recolher	393,87
Contr. Assistencial a Recolher	1.353,07
Contr. Negocial a Recolher	1.086,22
Seguros a Pagar	184,31

**e) Apuração do Resultado:** as Receitas foram apuradas pelo regime Caixa, através dos recebimentos, extratos bancários, recibos e outros. As despesas são apuradas pela ocorrência, conformidade com as exigências legais e fiscais.

Eventualmente a entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou jurídicas e realiza eventos.

<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>225.906,27</b>
Receita de Doações	181.941,47
Doação Nota Fiscal Paulista	16.154,93
Doações Associados	27.809,87

A entidade recebeu referentes aos seguintes auxílios de subvenções do Poder Público, segundo Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo.

<b>Descrição da Conta</b>	<b>Saldo Atual</b>
Percapita Convênio Prefeitura - CEI I	1.982.269,04
Percapita Convênio Prefeitura - CEI II	2.270.046,86

#### **NOTA 5 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

O Atendimento nas unidades educacionais foi reduzido, por orientação da Secretaria Municipal de Educação, em decorrência da Pandemia COVID-19.

Os Serviços em CCA (Centro de Atendimento para Crianças e Adolescentes) foi desativado.

Os CEI s (Centro de Educação Infantil) atenderam 481 crianças na idade de 0 a 4 anos, em período integral.

O custo do atendimento é zero para as famílias, ou seja, a gratuidade no atendimento é total (100% gratuita). Teve um custo no ano corrente de 2021 - período de 01/01/2021 até 31/12/2021, de R\$ 4.767.922,19 coberto pelo Convênio PMSP e por doações recebidas.

O CEI I apresentou déficit em 2021 no valor de R\$ 170.541.,19 e o CEII déficit de R\$ 1.290,23, em decorrência do pagamento de Reclamações Trabalhistas determinado pela Justiça do Trabalho, conforme a seguir:

Valores pagamentos reclamações trabalhistas: R\$ 167.449,64

Custas processuais: R\$ 2.306,72

Pagamento Honorários de sucumbência R\$ 9.356,02

A Gestão apresentou um déficit em 2021 no valor de R\$ 45.754,37 que foi coberto com os recursos da venda de um veículo urbano de carga marca KIA MOTORS modelo BONGO UK HD SC HP ano/modelo 2020 conforme contrato datado em 06/11/2019.

A receita foi reconhecida no ano da venda (2019) no valor de R\$ 90.000,00 e o pagamento foi realizado nas seguintes condições:

- R\$ 10.000,00 a título de sinal (2019)

- Doze parcelas de R\$ 2.000,00 vencendo a primeira em 10/12/2019 e as demais no mesmo dia dos meses seguintes, sendo a última em 10/11/2020

- Doze parcelas em R\$ 3.000,00 vencendo a primeira em 10/12/2020 e as demais no mesmo dia dos meses seguintes, sendo a última em 10/11/2021

- Uma parcela final de R\$ 20.000,00 paga em 10/12/2021 como quitação do valor total.

O déficit do exercício de 2021 foi de R\$ 217.585,79.

**Diretoria executiva**

Dalvaro Galvão Spinola  
Presidente  
CPF: 222.236.738-72

Paulo Roberto Casciello  
TC CRC: 1SP264092/O-5